

Plano Setorial Cível, Processual e do Cidadão do MPPA

2021-2024

**Coordenação: CAO Cível, Processual e do
Cidadão.**

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

César Bechara Nader Mattar Júnior

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL Cível, Processual e do Cidadão (CAO CPC)

Coordenadora: Promotora de Justiça Ângela Maria Balieiro Queiroz

Membro Auxiliar: Promotora de Justiça Ligia Valente.

Membro Auxiliar: Promotor de Justiça Nadilson Portilho.

Apoio

Lorena Mendes Pacheco (Assessora)

Roberto Carlos Soares Figueiredo (apoio administrativo)

Layane Baia Menezes (estagiária)

Everton Leonardo da Silva Monteiro (estagiário)

Wellington Maia da Silva (estagiário)

ASSESSORAMENTO TÉCNICO**COMISSÃO DE GESTÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO (COGEPE)**

Ubiragilda Silva Pimentel (Presidente)

Marly Dantas Nery (Coordenadora)

Adriano Silva de Arruda

Carlos Anderson Corrêa Silva

Darlene Ferreira de Matos Couto

Edwaldo Lopes da Silva

Gabriel Peixoto Oliveira

Marco Antônio Marques da Silva

Maria da Glória Vicente Nascimento Araújo

Rose Anne Campelo do Nascimento

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO

Ruth Campos

Catálogo na Publicação (CIP)

Ministério Público do Estado do Pará. Departamento de Administração.

Divisão de Biblioteca.

Sizete Medeiros do Nascimento

P221p Pará. Ministério Público. Centro de Apoio Operacional Cível, Processual e do Cidadão

Plano Setorial Cível, Processual e do Cidadão do MPPA: 2021-2024 / Ministério Público do Estado do Pará. Centro de Apoio Operacional Cível, Processual e do Cidadão; Coordenação CAO Cível, Processual e do Cidadão. – Belém: MPPA, 2021.

38 p. : il.

1. Ministério Público - Pará - Centro de Apoio Operacional Cível, Processual e do Cidadão. 2. Planejamento Estratégico. 3. Promotorias de Justiça. 4. Procuradoria-Geral de Justiça. 5. Atuação. I. Mattar Júnior, César Bechara - Procurador-Geral de Justiça. II. Queiroz, Ângela Maria Balieiro – Promotora de Justiça – Coordenadora. III. Título.

CDD: 341.413

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	4
1 APRESENTAÇÃO	5
2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	6
3 PERFIL DO CAO CPC.....	8
3.2 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA QUE COMPÕEM A ÁREA DA CÍVEL, PROCESSUAL E DO CIDADÃO	9
3.3 FORÇA DE TRABALHO.....	10
3.4 ANÁLISE DOS CENÁRIOS.....	11
4 SELEÇÃO DOS DESAFIOS DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA NO PLANO SETORIAL CÍVEL, PROCESSUAL E DO CIDADÃO.....	12
5 AÇÕES DA ÁREA CÍVEL, PROCESSUAL E DO CIDADÃO	13
6 ROL DE PROJETOS E INICIATIVAS.....	15
7 FICHA DE PROJETOS E INICIATIVAS	16
8 AÇÕES DE CAPACITAÇÃO	16
9 PLANO DE COMUNICAÇÃO	21
10 LIÇÕES APRENDIDAS	21
11 CONCLUSÃO	22
REFERÊNCIAS	23
ANEXOS.....	24
A. Projetos e iniciativas em execução.....	25
B. Modelos utilizados no Plano	32

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAO – Centro de Apoio Operacional

CAO CPC – Centro de Apoio Operacional Cível, Processual e do Cidadão

CGE-MPPA – Comitê Estadual de Governança Estratégica do Ministério Público do Pará

CNMP – Conselho Nacional do Ministério Público

COGEPE – Comissão de Gestão do Planejamento Estratégico

GT – Grupo de Trabalho

MPPA – Ministério Público do Estado do Pará

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONU – Organização das Nações Unidas

PEI – Planejamento Estratégico Institucional

PEN – Planejamento Estratégico Nacional

RAE – Reunião de Análise da Estratégia

RAO – Reunião de Acompanhamento Operacional

RAT – Reunião de Acompanhamento Tático

SIGI – Sistema Integrado de Gestão Interativa

SWOT - Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças (do inglês *Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats*).

O Plano Setorial Cível, Processual e do Cidadão foi construído com o objetivo de planejar, executar, acompanhar e avaliar as ações relacionadas à matéria cível, propostas no Plano Estratégico do Ministério Público do Estado do Pará – PEI/MPPA 2021-2029, que por sua vez, está alinhado ao Plano Estratégico Nacional do Ministério Público – PEN-MP 2020-2029, elaborado pelo Conselho Nacional do Ministério Público Brasileiro – CNMP.

A matéria cível, processual e do cidadão demonstra sua importância e transversalidade na atividade ministerial uma vez que possui ações elencadas na maioria dos objetivos estratégicos do PEI MPPA 2021 – 2029, voltados à atuação finalística da instituição na perspectiva de resultados para sociedade.

A construção do Plano conduzida pela Coordenadora do CAO CPC e assessorado pela Comissão de Gestão do Planejamento Estratégico – COGEPE, vinculada à Subprocuradoria-Geral de Justiça para área técnica-administrativa – SUBPGJ-TA, seguiu a recomendação do Manual de referência do CNMP, publicado por meio da Portaria CNMP-SG nº 64, de 19 de abril de 2018, que define o processo em seis fases: iniciação, preparação, diagnóstico, planejamento, encerramento e controle.

Com a finalidade de proporcionar resultados mais céleres, a COGEPE idealizou o projeto “Sistema Integrado de Gestão Interativa – SIGI”, ora em desenvolvimento pela equipe técnica do Departamento de Informática do MPPA que tem por objetivo proporcionar o gerenciamento ágil dos projetos organizacionais, tornando a Instituição uma estrutura integrada e organizada, possibilitando a agilidade na tomada de decisão, de modo a aprimorar e adequar a gestão de pessoas, de materiais e de recursos orçamentários e financeiros às necessidades da atividade institucional.

O objetivo deste documento é, principalmente, apresentar aos membros e servidores do Ministério Público, as diretrizes e metas que possam contribuir para transformação da realidade social a partir de ações unificadas e planejadas, contribuindo para o alcance da missão institucional preconizada pela Constituição Federal de 1988.

O passo seguinte será o monitoramento e a avaliação dos resultados dos projetos e das iniciativas através das reuniões de acompanhamento operacional e tático para avaliar as informações alimentadas no SIGI, desenvolvido para produzir estatísticas e subsidiar, de forma célere, a tomada de decisão dos gestores com base em dados e fatos.



Ângela Maria Balieiro Queiroz
Coordenadora do CAO CPC

O Comitê de Governança Estratégica - CGE-MPPA, criado pela Portaria nº 082/2018-MP/PGJ, recomendou a realização do Plano Estratégico Institucional do MPPA - PEI/MPPA 2021 – 2029 utilizando o quadro interno de técnicos da Instituição, considerando o *know how* da equipe.

Diante do desafio proposto foi utilizado como ponto norteador o alinhamento ao Planejamento Estratégico Nacional do Ministério Público Brasileiro - PEN-MP 2020-2029, considerando ser a forma possível para a obtenção de resultados mais ágeis e eficientes, já que utilizaria metodologia e técnica testadas nos encontros regionais (no total de 9 encontros) que resultaram no PEN-MP 2020-2029.

O PEI/MPPA 2021 – 2029 foi construído com ampla participação da Administração Superior, de Procuradores de Justiça, de coordenadores dos Centros de Apoio Operacional, de Promotores de Justiça da capital e do interior, de Diretores de Departamentos, de assessores e servidores que, por meio de 5 (cinco) reuniões, realizaram avaliações, ajustes, fusões, inclusões e supressões de propostas, à formação da nova base estratégica institucional (Missão, Visão, Valores, Objetivos Estratégicos), sendo o resultado apurado através de amplos debates e aprovação pela plenária.



Considerou-se também o propósito de levar em conta o cenário mundial, sendo, por isso incorporada, ainda, a correlação dos quesitos do Plano aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS/ONU) ao PEI/MPPA 2021-2029, com finalidade precípua de promover a melhoria da atuação integrada dos membros e dos servidores no alcance dos objetivos nos níveis estadual, nacional e mundial.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



Com a necessidade de realizar um planejamento mais assertivo e regionalizado, face aos problemas identificados e por estarem intrinsecamente ligados aos objetivos identificados no Plano Estratégico Institucional, o CAO CPC alinha-se ao PEI-MPPA 2021-2029, elaborando seu Plano Setorial com base nas estratégias, ações e desafios propostos neste plano.

Para confecção deste documento foi adotado o Sistema Integrado de Gestão Interativa – SIGI, onde, por meio de 4 (quatro) reuniões entre a equipe que compõe o CAO CPC e a COGEPE, foi identificado o perfil da unidade contendo os dados gerais, a sua matriz SWOT (relação de forças, fraquezas, oportunidades e ameaças), os desafios contidos no Plano de Gestão Estratégica (Biênio 2021-2022) a ela relacionados, as ações estratégicas do PEI/MPPA 2021-2029 que lhes são afetas, bem como as Ações do PEN-MP 2020-2029 e o consequente impacto no Radar Estratégico do CNMP.

Assim, lançou-se mão da aplicação da Matriz Swot Cruzada, analisando como as forças e fraquezas identificadas pela equipe do CAO na citada análise SWOT estão influenciando a chance das oportunidades ou ameaças apontadas também por estes, acontecer. Desse cruzamento, é possível determinar quais planos de ação serão desenvolvidos para colocar em prática as estratégias afetas a esta unidade e quais devem receber a devida prioridade de execução.

Para fase de execução do plano, a técnica utilizada pela COGEPE foi a aplicação da Matriz 5W2H, que é assim denominada, por simplificar as diretrizes envolvidas em cada fase do plano de ação. O quadro, a seguir, apresenta uma breve explicação de cada uma delas, na ordem em que devem ser analisadas:

What?	O que será feito?	Estratégia do PEI/ação do PEN
Why?	Por que será feito?	Justificativa, motivo
Where?	Onde será feito?	Local
When?	Quando será feito?	Tempo, datas, prazos
Who?	Por quem será feito?	Responsabilidade pela ação
How?	Como será feito?	Método, processo, etapas.
How much?	Quanto custará fazer?	Custo ou gastos envolvidos

Deste mapeamento, utilizando, inicialmente *What?* (o que será feito?) e o *How?* (como será feito?), foi constituído um rol de ações destacado neste Plano Setorial Cível, Processual e do Cidadão, que pode nortear a atuação de Promotorias e Procuradorias de Justiça que tenham, dentre suas atribuições, a matéria cível, utilizando as demais perguntas da matriz 5W2H, para elaboração de seus projetos.

3 PERFIL DO CAO CPC

O CAO CÍVEL, PROCESSUAL E DO CIDADÃO está diretamente vinculado a Procuradoria Geral de Justiça. Foi criado pela Lei Complementar nº 057 de 06/07/2006 e pela Resolução nº 004/2021 – CPJ/MP, possuindo as seguintes atribuições:

Atuar no apoio técnico-jurídico à atuação dos membros nas matérias que envolvem o direito civil, comercial e processual, através do estímulo à integração e ao intercâmbio entre os órgãos de execução do MPPA. Esse suporte também decorre de ações integradas com órgãos governamentais de administrativa e organizações não governamentais, com atividades relacionadas a área cível, processual e do cidadão.

São matérias de atuação específica do CAO CPC: sucessões, interditos e ausentes, falência e recuperação judicial e extrajudicial, registros públicos, acidentes do trabalho, consumidor, eleitoral, terceiro setor e demais matérias relacionadas com o direito civil, comercial e processual.

O CAO CPC também presta orientação Jurídica aos Procuradores e Promotores de Justiça que atuam na matéria direito civil, comercial e processual e realiza a integração e intercâmbio entre órgãos de execução na citada área.

3.2 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA QUE COMPÕEM A ÁREA DA CÍVEL, PROCESSUAL E DO CIDADÃO

O quantitativo de Promotorias de Justiça afetas à atuação na esfera cível no Estado do Pará é amplo, com 157 (cento e cinquenta e sete) órgãos de execução.

Este conjunto de promotorias de justiça é formado por cargos que possuem atribuições específicas, cargos com atribuições que englobam a área cível, processual e do cidadão e cargos que além desta área, possuem atribuições de outras áreas de atuação.

O quadro abaixo apresenta a distribuição e atribuições dos referidos cargos de promotoria de justiça, indicando ainda as cidades e a entrância a qual pertencem:

Municípios	Entrância	Atribuição	Quantidade
Belém	3ª	- Família; - Órfãos, Incapazes e Interditos; - Registros Públicos, Resíduos, Casamentos e Cartas Precatórias; - Tutela das Fundações Privadas, Associações de Interesse Social, Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial.	16
Abaetetuba	2ª	- Cível e de Defesa dos Direitos Constitucionais Fundamentais; - Cível e de Defesa da Probidade Administrativa.	2
Altamira	2ª	Defesa do Consumidor, Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação e Urbanismo.	1
Ananindeua	2ª	Cível	3
Benevides	2ª	Cível	1
Castanhal	2ª	Defesa Comunitária e da Cidadania	3
Itaituba	2ª	Cível	2
Marabá	2ª	Defesa do Consumidor, Registros Públicos, Família Sucessão, Falência e Recuperação Judicial.	1
Marituba	2ª	Cível e de Defesa dos Direitos Constitucionais Fundamentais, Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa.	1
Parauapebas	2ª	- Família, registros públicos, fundações, consumidor, etc; - Órfãos interditos, incapazes, idosos, meio ambiente, etc.	2
Redenção	2ª	Cível	1
Santa Izabel do Pará	2ª	Cível	1
Santarém	2ª	Cível	3
Alenquer, Barcarena, Bragança, Breves, Cametá, Canaã dos Carajás, Capanema, Conceição do Araguaia, Curuçá, Igarapé-Açu, Igarapé-Miri, Itaituba, Mãe do Rio, Maracanã, Marapanim, Salinópolis, São Miguel do	2ª	Atribuições concorrentes a outras áreas	47

Guamá, Soure, Tailândia, Tucumã, Vigia, Viseu e Xinguara.			
Acará, Afuá, Almeirim/ Monte Dourado, Anajás, Anapú, Augusto Corrêa, Aurora do Pará, Aveiro, Bagre, Baião, Bonito, Brasil Novo, Breu Branco, Bujaru, Cachoeira do Arari, Capitão Poço, Chaves, Colares, Concórdia do Pará, Curionópolis, Curralinho, Dom Eliseu, Eldorado do Carajás, Faro, Garrafão do Norte, Goianésia do Pará, Gurupá, Inhangapi, Irituia, Ipixuna do Pará, Itupiranga, Jacareacanga, Jacundá, Juruti, Limoeiro do Ajuru, Magalhães Barata, Medicilândia, Melgaço, Mocajuba, Nova Timboteua, Novo Repartimento, Oeiras do Pará, Ourém, Ourilândia do Norte, Pacajá, Peixe-Boi, Portel, Porto de Moz, Prainha, Primavera, Rurópolis, Salvaterra, Santa Bárbara do Pará, Santa Luzia do Pará, Santa Maria do Pará, Santana do Araguaia, Santarém Novo, Santo Antônio do Tauá, São Caetano de Odivelas, São Domingos do Araguaia, São Domingos do Capim, São Félix do Xingu, São Francisco do Pará, São Geraldo do Araguaia, São João de Pirabas, São João do Araguaia, São Sebastião da Boa Vista, Senador José Porfírio, Terra Santa, Ulianópolis e Uruará.	1ª	Atribuições concorrentes a outras áreas	73
Total			157

Fonte: Departamento de Atividades Judiciais, Portal do MPPA – Institucional – Promotorias de Justiça – Números de Cargos das Promotorias de Justiça (3ª, 2ª e 1ª Entrância).

Compilação: COGEPE.

3.3 FORÇA DE TRABALHO

Para a concretização de suas atividades o CAO DS conta com a seguinte força de trabalho:

NOME	FUNÇÃO	FORMAÇÃO/CARGO
ÂNGELA MARIA BALIEIRO QUEIROZ	COORDENADORA	PROMOTORA DE JUSTIÇA
LIGIA VALENTE	PJ AUXILIAR	PROMOTORA DE JUSTIÇA
NADILSON PORTILHO	PJ AUXILIAR	PROMOTOR DE JUSTIÇA
LORENNNA MENDES PACHECO	ASSESSORIA	BACHAREL EM DIREITO/ASSESSOR
ROBERTO CARLOS SOARES FIGUEIREDO	APOIO ADMINISTRATIVO	BACHAREL EM DIREITO/AUX.ADM.
LAYANE BAIA MENEZES	ESTAGIÁRIA	BACHARELANDA EM DIREITO/ESTAGIÁRIO
EVERTON LEONARDO DA SILVA MONTEIRO	ESTAGIÁRIO	BACHARELANDO EM ADMINISTRAÇÃO/ESTAGIÁRIO
WELLINGTON MAIA DA SILVA	ESTAGIÁRIO	BACHARELANDO EM DIREITO/ESTAGIÁRIO

3.4 ANÁLISE DOS CENÁRIOS

O planejamento proposto engloba a análise de cenários para tomada de decisões. Para isso, foram observados os 4 (quatro) fatores que compõem a metodologia SWOT: a identificação das forças, fraquezas (ambiente interno), oportunidades e ameaças (ambiente externo). Essa análise foi realizada em duas etapas: Na primeira delas, os integrantes do CAO CPC responderam de forma direta quais as forças e fraquezas que eles observavam no ambiente interno e, quais as potenciais oportunidades e ameaças do ambiente externo. O resultado foi o apresentado abaixo:

AMBIENTE INTERNO

FORÇAS	
• Proatividade. • Qualidade dos produtos e serviços. • Comunicação interna. • Capacidade técnica dos servidores. • Reconhecimento, diálogo e apoio da Administração Superior. • Reconhecimento e cooperação das unidades e ramos do MP. • Diálogo com as unidades e ramos do MP. • Engajamento da equipe. • Definição e distribuição de tarefas na equipe. • Gestão participativa, abertura a novas ideias. • Entrosamento da equipe	• Acesso da equipe à chefia. • Capacidade de articulação da equipe. • Experiência dos membros/servidores. • Autonomia na tomada de decisão dos servidores. • Memória institucional da unidade, organização dos documentos • Liderança motivadora • Padronização das atividades • Ambiente de Trabalho
FRAQUEZAS	
• Mudança legislativa interna. • Falta de pessoal. • Retrabalho referente aos sistemas. • Estrutura física e equipamentos da unidade. • Falta de institucionalização dos trabalhos/projetos. • Deficiência de fluxo institucional	• Falta de continuidade das ações anteriores. • Quantitativo de funções e cargos para equipe. • Delimitação da atividade do CAO.

AMBIENTE EXTERNO

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
• Parcerias com instituições públicas, privadas e terceiro setor. • Reconhecimento e cooperação dos órgãos externos ao MP. • Diálogo com órgãos externos ao MP.	• Relevância e interesse político nos temas do CAO. • Troca de sistemas externos. • Surgimento de demandas não previstas • Não atendimento da população aos serviços oferecidos pelo MP.

Após a identificação das Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças, os participantes foram provocados a dar notas para os impactos causados pelos encontros das sentenças com base nos seguintes critérios:

NÍVEIS DE IMPACTO DAS VARIÁVEIS		Pensando: Como vou definir um valor para cada nível?
Forte impacto	5	Qual o impacto do ponto fraco para <i>agravar/potencializar</i> uma ameaça ?
Médio impacto	3	Qual o impacto do ponto forte para <i>neutralizar/minimizar</i> uma ameaça ?
Fraco impacto	1	Qual o impacto do ponto fraco no <i>aproveitamento</i> de uma oportunidade ?
Nenhum impacto	0	Qual o impacto do ponto forte para <i>potencializar</i> uma oportunidade ?

Os resultados obtidos foram os apresentados abaixo na Matriz:

		AMBIENTE INTERNO	
		FRAQUEZAS	FORÇAS
AMBIENTE EXTERNO	AMEAÇAS	1) SOBREVIVÊNCIA 176	2) MANUTENÇÃO 604
	OPORTUNIDADES	3) CRESCIMENTO 174	4) DESENVOLVIMENTO 446

De acordo com a metodologia de diagnóstico utilizada, o resultado apresentado na SWOT cruzada mostra que o CAO CPC, se encontra no **QUADRANTE 2 – MANUTENÇÃO**, quando ocorre maior pontuação no cruzamento das forças com ameaças, demonstrando que o CAO CPC deve observar seus pontos fortes visando a redução das vulnerabilidades. Abaixo, o significado dos quadrantes visando melhor entendimento.

I. Sobrevivência: Ocorre quando prevalece o cruzamento das fraquezas com as ameaças. Nesse caso, a organização deve estabelecer um plano defensivo para evitar que as ameaças externas sejam potencializadas pelos pontos fracos.

II. Manutenção: Ocorre quando prevalece o cruzamento das forças com as ameaças. Nesse caso, a organização deve aproveitar os pontos fortes para identificar modos de diminuir as vulnerabilidades.

III. Crescimento: Ocorre quando prevalece o cruzamento das fraquezas com as oportunidades. Nesse caso, a organização deve procurar neutralizar os pontos fracos de modo a melhor aproveitar as oportunidades.

IV. Desenvolvimento: Ocorre quando prevalece o cruzamento das forças com as oportunidades. Nesse caso, a organização deve melhor gerir suas forças para potencializar as oportunidades e desenvolver suas vantagens competitivas.

4 SELEÇÃO DOS DESAFIOS DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA NO PLANO SETORIAL CÍVEL, PROCESSUAL E DO CIDADÃO

A Procuradoria-Geral de Justiça, após ouvir membros, servidores e a sociedade, priorizou 4 (quatro) eixos de atuação para sua gestão no biênio 2021 – 2022: Atuação funcional e qualidade da carreira, Estrutura física e operacional, Gestão Estratégica e Segurança institucional. Esses eixos desdobram-se em 48 desafios, sendo que destes, a equipe técnica do CAO CÍVEL, PROCESSUAL E DO CIDADÃO identificou 7 (sete), como sendo ligados as suas atividades e, por conseguinte, serão considerados nas ações, iniciativas e projetos deste plano. São eles:

-
- I. Fortalecer a política e a estrutura institucional voltadas à defesa e proteção de grupos vulneráveis, promovendo a inserção social e a busca incessante pela igualdade e a garantia da não discriminação, em prol da dignidade da pessoa (11);

 - II. Otimizar a criação de Grupos de Trabalho, ouvidos os membros com atuação na área objeto do trabalho a ser executado, estendendo a prática ao interior do estado, objetivando ampliar as discussões e a implementação das diretrizes institucionais e dos objetivos do MPPA (17);

 - III. Apresentar proposta junto ao Colégio de Procuradores de Justiça de criação do Núcleo de Controle de Constitucionalidade que funcionará como órgão de assessoramento institucional quanto ao controle constitucional de atos normativos e legislativos (23);

 - IV. Impulsionar no Colégio de Procuradores de Justiça a proposta de instalação do Grupo/Câmara de Atuação Recursal, para acompanhamento de recursos e repasse de informações aos órgãos de execução, acerca do andamento de processos e procedimentos em trâmite perante os tribunais e os conselhos nacionais (24);

 - V. Estimular a formação de grupos setoriais de discussão e trabalho nas regiões administrativas do MPPA, voltadas à regionalização e uniformização das metas institucionais, para a fiscalização de políticas públicas em áreas sensíveis, a exemplo da saúde e educação (26);

 - VI. Promover estudos no âmbito da administração superior, objetivando a criação de estrutura permanente do MPPA nas áreas de matéria eleitoral, de atuação especializada no combate à sonegação fiscal e aos ilícitos contra a ordem tributária (28);

 - VII. Fortalecer, permanentemente, em união com o CNPG, a CONAMP, a FRENTAS e a AMPEP, a imagem institucional do MPPA perante a sociedade (42);
-

5 AÇÕES DA ÁREA CÍVEL, PROCESSUAL E DO CIDADÃO

As ações, projetos e iniciativas, apontadas pelo CAO CPC foram definidas de acordo com os resultados da matriz SWOT, das análises dos dados gerais, dos desafios da PGJ constantes no Plano de Gestão Estratégica para o biênio 2021-2022, das estratégias e ações dos objetivos do PEI/MPPA 2021-2029, indicadores do Radar Estratégico do CNMP, objetivos do desenvolvimento sustentável da ONU, relacionados às atribuições da área cível, processual e do cidadão.

Após a definição das ações a equipe foi incentivada a dizer como pretendia atuar para o alcance dos resultados, compatibilizando essa atuação, com as necessidades internas do setor, propondo uma lista destas ações sem deixar de destacar qual seu relacionamento com a premissa que lhe deu origem. A partir deste portfólio de ações, o CAO CPC e os órgãos de execução que têm a mesma matéria de atuação, poderão definir seus projetos e iniciativas estabelecendo responsáveis e o período de execução destas, dentre outros elementos.

A relação de ações resultante do processo acima citado está descrita na tabela abaixo:

AÇÕES CÍVEIS, PROCESSUAIS E DO CIDADÃO

O quê?	Fonte	Como?
Fomento à participação popular na fiscalização de recursos por meio da participação nos Conselhos e nas comunidades.	Ação estratégica PEI	Promovendo a capacitação de líderes comunitários com o fim de fomentar a participação popular e o conhecimento acerca dos conselhos e formação de agentes comunitários.
Criação de unidade de acompanhamento das ações judiciais perante os diversos graus de jurisdição, em atendimento à Recomendação nº 57/2017-CNMP.	Ação estratégica PEI	Elaborando minuta e encaminhamento ao PGJ com diretrizes para institucionalização do núcleo para esse fim e criação de GT para discutir estratégias do acompanhamento.
Desenvolvimento de ações visando combater a publicidade enganosa, a cobrança abusiva ou a exposição inadequada do consumidor e os crimes cibernéticos.	Ação estratégica PEI	- Elaborando projeto visando a implementação da logística reversa em âmbito estadual e municipal; - Articulação com instituições da rede estadual para tratar da lei do superendividamento, em parceria com as Promotorias de Justiça do Consumidor.
Promoção da cidadania participativa em parceria com o programa estadual de educação fiscal.	Ação estratégica PEI	Estabelecendo parcerias com a SEFA e SEDUC para promover ações que levem informações às comunidades locais acerca do tema.
Implementação do Projeto Institucional de identificação da Filiação por meio do DNA.	Ação estratégica PEI	- Apoiando as Promotorias de Justiça da Família no Projeto Defesa de Filiação de acordo com as demandas apresentadas; Fiscalização do contrato de DNA.
Fortalecimento da atuação em rede para combater a contaminação por agrotóxicos em trabalhadores e em consumidores.	Ação estratégica PEI	Apoiando ou promovendo, junto as Promotorias de Justiça com atuação nas relações de consumo, ações de conscientização de alimentação escolar, uso e manejo das embalagens de agrotóxico de acordo com as demandas apresentadas.
Atuação para a garantia de alimentação saudável e sustentável.	Ação estratégica PEI	Apoiando ou promovendo, junto as Promotorias de Justiça com atuação nas relações de consumo, ações para conscientização de alimentação escolar saudável, em parceria com órgãos de fiscalização.
Instituição de critérios para garantir a segurança, o conforto e a acessibilidade no transporte fluvial de passageiros, nas Regiões Metropolitana, Marajó, Tocantins e Baixo Amazonas.	Ação estratégica PEI	Firmando parceria com entidades para implementar políticas públicas e acompanhar/divulgar a legislação vigente sobre o tema, com o fim de prevenção, repressão e fiscalização nos barcos que circulam com eixo de motor descoberto ou com partes móveis que ponha em risco a vida e a segurança de passageiros ou condutores.
Promoção de ações culturais junto à sociedade e de divulgação dos serviços e atribuições institucionais.	Ação estratégica PEI	Apoiando o Núcleo do Terceiro Setor na implementação do Projeto Interiorização do Terceiro Setor.
Elaboração do Manual de Projetos/Portfólio.	Ação estratégica PEI	Produzindo coletânea de informações acerca das matérias tratadas pelo CAO que possam subsidiar atuação dos órgãos de execução, além de orientações sistematizadas para produção de projetos em parceria com a COGEPE.
Desenvolvimento de políticas nacionais de inovação com foco em resultados finalísticos e estruturantes através de projetos e ações.	Radar Estratégico	Buscando projeto do banco do FNG que possa implementar melhores práticas de gestão para atividade fim do Ministério Público.

Estabelecimento de parcerias com universidades e instituições de pesquisa e extensão como forma de fomentar práticas inovadoras.	Radar Estratégico	Propondo termo de cooperação e outros instrumentos que possibilitem aprimorar as instituições de pesquisa e ensino com projetos que possam aprimorar a atividade fim do Ministério Público.
Fomento nas ações envolvendo matéria eleitoral	CAO CPC	Firmando termo de cooperação com TRE e MPF para proporcionar cidadania através de ação no dia da eleição visando apuração de violação de direito.

6 ROL DE PROJETOS E INICIATIVAS

Após a fase de diagnóstico através da matriz SWOT e da definição de como serão executadas as ações com a aplicação da matriz 5W2H, inicia-se a fase da elaboração dos projetos propriamente dita, com uso dos demais recursos desta última matriz, resultando num rol de projetos. O formulário com os projetos prioritários do CAO CPC, na área cível que serão realizados no período de vigência do plano, será alimentado no sistema com as informações constantes no modelo de formulário Rol de Projetos e Iniciativas presente no anexo deste plano.

Por implicar no desdobramento das ações no nível de entregas, há necessidade de preenchimento do formulário de detalhamento do projeto, devendo conter os elementos descritos na ficha de projetos. Caso a ação não seja trabalhada a nível de projeto, sendo suficiente a tomada de iniciativas para o seu entendimento, o formulário da ficha de iniciativas é o que deve ser adotado. Ambos os formulários (Ficha de Projeto e de Iniciativa) estão também no anexo deste plano.

No quadro a seguir, são identificados o Rol de Projetos e Iniciativas apontadas pelo CAOCPC:

Rol de Projetos e Iniciativas					
Projeto/ Iniciativa	Nome (Qual o nome do projeto/ iniciativa?)	Ação Estratégica (Este projeto/iniciativa está relacionado a qual ação estratégica?)	Responsável: (Quem responde pelo projeto/ iniciativa?)	Eixo (Qual eixo da temática criminal está relacionado o projeto/ iniciativa?)	Status (Qual o status do projeto/ iniciativa?)
Projeto	Interiorização NTS	Ação 9 - Promoção de ações culturais junto à sociedade e de divulgação dos serviços e atribuições institucionais;	NTS - Capital	Terceiro Setor	Iniciado
Projeto	Defesa de Filiação	Ação 5 - Implementação do Projeto Institucional de identificação da Filiação por meio do DNA	3ª e 7ª PJ Família	Cível: Família	Iniciado
Iniciativa	Termo de cooperação com TRE e MPF para proporcionar cidadania através de ação no dia da eleição visando apuração de violação de direito	Ação 13 - Fomento nas ações envolvendo matéria eleitoral	CAO CPC	Eleitoral	Iniciado

Iniciativa	Parceria com entidades para implementar políticas públicas e acompanhar/divulgar a legislação vigente sobre Transporte Fluvial, com o fim de prevenção, repressão e fiscalização nos barcos que circulam com eixo de motor descoberto ou com partes móveis que ponha em risco a vida e a segurança de passageiros ou condutores;	Ação 8 - Instituição de critérios para garantir a segurança, o conforto e a acessibilidade no transporte fluvial de passageiros, nas Regiões Metropolitana, Marajó, Tocantins e Baixo Amazonas.	CAO CPC e PJ Consumidor	Consumidor	Não iniciado
Projeto	Projeto visando a implementação da logística reversa em âmbito estadual e municipal;	Ação 3 - Desenvolvimento de ações visando combater a publicidade enganosa, a cobrança abusiva ou a exposição inadequada do consumidor e os crimes cibernéticos;	CAO CPC e PJ Consumidor	Consumidor	Iniciado

7 FICHA DE PROJETOS E INICIATIVAS

Os projetos (ações com caráter temporário) e iniciativas (ações com caráter permanente) correspondem ao desdobramento das estratégias as quais foram indicadas por Procuradores e Promotores de Justiça no Plano Estratégico Institucional PEI- 2021-2029. Nesse sentido, o CAO CPC vem desenvolvendo projetos e iniciativas apresentados em Fichas específicas, constantes em anexo, compreendendo respostas aos quesitos que compõem a Matriz 5W2H.

8 AÇÕES DE CAPACITAÇÃO

O objetivo da definição de ações de capacitação é a formação de um banco de eventos, em especial, cursos, direcionados à temática cível, para aprimorar membros e servidores nas competências necessárias, de modo a garantir o alcance dos resultados e das metas estabelecidas no plano setorial do CAO Cível, Processual e do Cidadão e, consequentemente, para atender efetivamente às demandas da sociedade.

A seguir, as ações de capacitação, dirigidas à membros e servidores e estagiários, as quais deverão ocorrer no período de vigência deste Plano Setorial e que compõem o SIGI.

AÇÕES DE CAPACITAÇÃO CAO CPC

Eventos Educativos

Evento 1:

Descrição do Evento:	Atualização Direito Eleitoral e estudo de novas propostas que promovem alterações na atual legislação eleitoral		
Nº de Turmas:	1	Nº Participantes (por turma):	200
Carga Horária (por turma)	10 horas	Carga Horária (total)	10 horas
Público-Alvo:	Membros e Servidores		
Ementa:	O curso Direito Eleitoral apresentará os conceitos básicos mais relevantes acerca do Direito Eleitoral, além dos aspectos das recentes reformas legislativas que vêm alterando, gradativamente, o quadro normativo brasileiro.		
Conteúdo:	Unidade 1 - Inelegibilidade Unidade 2 - Infrações eleitorais: abuso de poder político e econômico. Unidade 3 - Infrações eleitorais: condutas vedadas a agentes públicos		
Local:	Híbrida - Ceaf + Google Meet		
Horário:	15 as 17h		
Material Utilizado:	Computadores com acesso à internet		
Perfil do Profissional:	A ser indicado pelo Núcleo Eleitoral		

AÇÕES DE CAPACITAÇÃO CAO CPC

Eventos Educativos

Evento 2:

Descrição do Evento:	Tutela, Curatela e Tomada de Decisão Apoiada		
Nº de Turmas:	1	Nº Participantes (por turma):	200
Carga Horária (por turma)	10 horas	Carga Horária (total)	10 horas
Público-Alvo:	Membros, Servidores e Estagiários		
Ementa:	O curso busca abordar os institutos da TUTELA, CURATELA e DA DECISÃO APOIADA, ponderando sobre os mesmos, conceituando, diferenciando, abarcando pensamentos doutrinários relevantes. Propõe esclarecer detalhes importantes sobre essa temática.		
Conteúdo:	Os Tutores Os Incapazes de Exercer a Tutela e a Escusa Dos Tutores Exercício da Tutela Bens do Tutelado Prestação de Contas Cessação da Tutela Curatela dos Interditos Curatela do Nascituro e do Enfermo ou Portador de Deficiência Física e do Exercício da Curatela Tomada de Decisão Apoiada		

Local:	Híbrida - Ceaf + Google Meet
Horário:	15h-17h
Material Utilizado:	Computadores com acesso à internet
Perfil do Profissional:	A ser indicado após conversa com promotores da área

AÇÕES DE CAPACITAÇÃO CAO CPC

Eventos Educativos

Evento 3:

Descrição do Evento:	O USO DE AGROTÓXICOS NO BRASIL, RISCOS E TUTELA JURÍDICA		
Nº de Turmas:	1	Nº Participantes (por turma):	200
Carga Horária (por turma)	10 horas	Carga Horária (total)	10 horas
Público-Alvo:	Membros, Servidores e Estagiários		
Ementa:	O curso busca discorrer sobre o uso de agrotóxicos no Brasil riscos e tutela jurídica, analisando o consumo e controle de uso indiscriminado de agrotóxicos e como ele vem sendo disciplinado, visando a sustentabilidade e a saúde humana do consumidor de alimentos.		
Conteúdo:	I - AGROTÓXICOS NO BRASIL; II - RISCOS PELO USO DOS AGROTÓXICOS E AS CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS: CRITÉRIOS DE RESPONSABILIDADE; III - TUTELA JURÍDICA.		
Local:	Híbrida - Ceaf + Google Meet		
Horário:	15h-17h		
Material Utilizado:	Computadores com acesso à internet		
Perfil do Profissional:	A ser indicado após conversa com promotores da área do consumidor.		

AÇÕES DE CAPACITAÇÃO CAO CPC

Eventos Educativos

Evento 4:

Descrição do Evento:	Assinatura do termo de Cooperação - Acessibilidade e Função Social da Mesa Receptora de Votos com Painéis de Direito Eleitoral.		
Nº de Turmas:	1	Nº Participantes (por turma):	200
Carga Horária (por turma)	04 horas	Carga Horária (total)	04 horas
Público-Alvo:	Membros, Servidores e Estagiários.		
Ementa:	Prévia das Eleições 2022.		
Conteúdo:	1. Antecipar os principais debates em torno de temas novos relacionados às eleições de 2022; 2. Dialogar com a Procuradoria Regional Eleitoral; 3. Debater com especialistas temas relevantes para a atuação dos Promotores Eleitorais.		
Local:	Auditório do Prédio SEDE		
Horário:	14h-17h		
Material Utilizado:	Computadores e microfones.		
Perfil do Profissional:	1. José Augusto Torres Potiguar. Mestre em Direito Público – Área de Concentração em Direito Financeiro em 1988. Professor Adjunto da Universidade Federal do Pará aposentado, onde lecionou Direito Financeiro, Direito Tributário e Direito Eleitoral. Procurador Regional Eleitoral do Estado do Pará. 2. José Edvaldo Pereira Sales. Doutor e Mestre em Direito (UFPA). Especialista em Direito Eleitoral (UNISUL/SC). Coordenador do Núcleo Eleitoral do MPPA. Membro da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Partidário - ABRADep. 3. Máira de Barros Domingues. Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Pará- UFPA. Analista Judiciária do TRE/PA. Coordenadora da Comissão de Participação Institucional Feminina no âmbito do TRE/PA. Membro da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Partidário - ABRADep. 4. Juliana Rodrigues Freitas. Doutora em Direito (2010 - UFPA/ Università di Pisa - Itália). Mestre em Direitos Humanos (2003 - UFPA). Pós-Graduada em Direito do Estado (2006 - Universidade Carlos III de Madrid - Espanha). Professora da Graduação e Mestrado em Direito do CESUPA. 5. Nadilson Portilho Gomes. Mestrado pela Universidade de Lisboa (2011). Promotor de Justiça Auxiliar do CAO Cível, Processual e do Cidadão.		

AÇÕES DE CAPACITAÇÃO CAO CPC

Eventos Educativos

Evento 5:

Descrição do Evento:	Encontro do Fórum Estadual de Combate aos Impactos do Uso de Agrotóxico: Definições de Ações Estratégicas com escuta social.		
Nº de Turmas:	1	Nº Participantes (por turma):	200
Carga Horária (por turma)	04 horas	Carga Horária (total)	04 horas
Público-Alvo:	Membros, Servidores e Estagiários.		
Ementa:	- ASPECTOS DA LEI 9974/2000 - AGRICULTURA FAMILIAR - AGROTOXICOS E SAÚDE HUMANA.		
Conteúdo:	- ASPECTOS DA LEI 9974/2000 - AGRICULTURA FAMILIAR - AGROTOXICOS E SAÚDE HUMANA		
Local:	Auditório do Prédio Sede		
Horário:	8h-12h		
Material Utilizado:	Computadores, microfones data show.		
Perfil do Profissional:	CREA – Conselheira Eng. Agrônoma Layse Gorreti Bastos (telefone 99608-9697) UFRA – Professora Telma Batista (telefone: 98119-4545) SEMAS – Técnico Valto Coelho Santana Junior (telefone: 98564-1534/98139-9368) e Técnica Olganeth Oliveira (telefone: 99370-3745)		

A comunicação é uma ferramenta que promove sinergia para alcançar os resultados almejados e, quando bem trabalhada, auxilia na integração entre os colaboradores. O Plano de Comunicação do CAO CPC, apresentado abaixo, tem por objetivo informar de forma efetiva os resultados dos projetos e iniciativas programados para a vigência deste Plano Diretor. Para tanto, deve ser estabelecida de forma sistemática como ocorrerá essa comunicação.

[illegible]

10 LIÇÕES APRENDIDAS

Uma vertente nova, apresentada na área do planejamento estratégico, é a gestão de lições aprendidas, posto que é comum que ocorram erros e acertos durante o desdobramento do planejamento em projetos e ações. Assim, não ignorar a gestão de lições aprendidas é tão importante para o sucesso do planejamento como um todo, mas para o das próprias organizações.

Ao adotar a gestão de lições aprendidas a administração pode obter maior resolutividade na tomada de decisões, minimização de riscos, otimização de recursos e a melhoria contínua nos projetos.

Uma das inovações do Plano setorial Cível, Processual e do Cidadão gerido pelo CAO CPC é justamente o preenchimento, no SIGI, do “relatório de lições aprendidas” a cada rodada de avaliação do andamento dos projetos e iniciativas, conforme modelo presente no anexo deste plano.

Este documento consiste em uma iniciativa pioneira, não apenas de apresentar o perfil e atribuições do CAO CPC que deverá sofrer mudanças ao longo do período do plano, mas, principalmente, de planejar taticamente a atuação ministerial voltada para o atendimento das demandas da sociedade na área cível, processual e da cidadania, de forma a contribuir efetivamente para o alcance dos objetivos definidos no Planejamento Estratégico Institucional do MPPA.

A disposição das informações neste documento mostra que os projetos e iniciativas priorizados foram gerados a partir de um trabalho altamente técnico e alinhado ao Plano Nacional proposto pelo CNMP.

Por fim, cabe mencionar que o plano terá efetividade com o engajamento dos membros, servidores e estagiários que atuam na área cível, processual e do cidadão em todo o estado do Pará, tendo em vista que as ações estratégicas selecionadas pelo CAO CPC devem ser consideradas pelos membros dos Órgãos de Execução da capital e do interior, quando da construção de seus Planos de curto prazo, no âmbito operacional, resultando numa atuação coordenada, integrada direcionada ao cumprimento dos objetivos institucionais e, conseqüentemente, com maior impacto para a população.

REFERÊNCIAS

PARÁ. Ministério Público. **Lei orgânica do Ministério Público do Estado do Pará**: Lei complementar nº 057, de 06 de julho de 2006: atualizada até a Lei Complementar nº 127 de 13/01/2020. Organizador: Rodier Barata Ataíde, Organizador: Erick Luiz de Nunes Valente. 2a. ed. Belém: MPPA; CEAF, 2021. 161 p. (Coleção Cidadania).

PARÁ. Ministério Público. Portaria nº 82/2018- MP/PGJ. Cria o Comitê de Governança Estratégica do Ministério Público do Estado do Pará-CGE. **Diário Oficial [do] Estado**, Belém, n.33540, p.63. 18 jan. 2018.

PARÁ. Ministério Público. Resolução nº 004/2021-CPJ, de 5 de agosto de 2021. Reestrutura os Centros de Apoio Operacional (CAOs) e seus Núcleos, e dá outras providências. Republicado por incorreção. **Diário Oficial [do] Estado**, Belém, n.34688, p.103-106. 02 set. 2021.

PARÁ. Ministério Público. Resolução nº 011/2021-CPJ, de 4 de novembro de 2021. Aprova o Plano Estratégico Institucional (PEI) do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) do período de 2021/2029. Publicado no **Diário Oficial [do] Estado**, Belém, n.34775, p.1. 25 nov.2021.



ANEXOS

A. Projetos e iniciativas em execução

FICHA DE PROJETO DO CAO CPC						
Projeto 1: (Qual o nome do projeto?)	Implementação da logística reversa em âmbito municipal na cidade de Capanema			ODS: (Qual ODS impactado?)	12. Consumo e produção responsáveis	
Ação (ões)/PEI (Qual ação este projeto está relacionado?)	Ação 3 - Desenvolvimento de ações visando combater a publicidade enganosa, a cobrança abusiva ou a exposição inadequada do consumidor e os crimes cibernéticos.					
Radar Estratégico: (Qual indicador este projeto visa contribuir?)						
Objetivo do Projeto: (Qual o objetivo finalístico desse projeto?)	Acompanhar a elaboração e aplicação de Lei/Regulamento/acordos setoriais/Termo de Ajustamento de Conduta Municipal com previsão para a logística reversa de medicamentos domiciliares, conforme a Lei nº 12.305/2010 e o Decreto Federal nº 10.388/2020.					
Matéria de Atuação: (Qual matéria de patrimônio público está relacionada o projeto?)	Consumidor	Data de Início: (Quando este projeto deve iniciar?)	17/06/2021	Prazo final: (Quando este projeto deve terminar?)	31/12/2022	
Riscos do Projeto: (Quais riscos devem ser tratados para que este projeto seja realizado?)	Ações de Mitigação: (Que medidas serão necessárias para mitigar os riscos?)			Resultado: (Qual o resultado das medidas adotadas?)		
Ausência de elaboração pelo legislativo do referido projeto de lei e adesão do chefe do executivo quanto a elaboração de projeto de lei municipal para regulamentar a temática no respectivo município.	Reuniões com o chefe do poder executivo local e/ ou com os procuradores municipais.			Elaboração do projeto de lei		
Não aprovação do projeto de lei municipal sobre logística reversa de medicamentos domiciliares.	Reuniões com o Poder Legislativo local para sensibilizar sobre a importância da regulamentação da temática no município.			Aprovação do projeto de lei		
Não divulgação/educação da população local sobre a importância e as consequências da implementação da logística reversa de medicamentos domiciliares.	O promotor de justiça local poderá divulgar cartazes, folders, cards sobre a temática, bem como participar de reuniões na comunidade e dentro das escolas.			Educação da população		
Metas Projeto (Quais os valores específicos, mensuráveis, atingíveis dentro do prazo e relevantes que levam você à meta de Gestão?)						
Indicadores: (Quais os sinais mensuráveis que indicam que o Projeto atingirá o seu objetivo final?)	Resultado atual (Caso exista, quais o último resultado ou o resultado atual deste indicador?)	Período 1 (Qual o resultado você quer atingir na primeira medição?)	Período 2 (Qual o resultado você quer atingir na segunda medição?)	Período 3 (Qual o resultado você quer atingir na terceira medição?)	Meta da Gestão (Caso exista, qual a meta final do projeto?)	
Minuta do Projeto de lei finalizada e encaminhada a casa legislativa	0	1	-	-	1	
Número de encontros com representantes da secretaria municipal do meio ambiente; secretaria de saúde (vigilância sanitária), procurador jurídico municipal e representantes das farmácias e drogarias locais para dar conhecimento sobre a temática e a necessidade de implementá-la na localidade.	0	1	1	1	3	
Nº de materiais elaborados para divulgação da temática	150 Folders, 20 cartazes e Cards já elaborados.	Feita divulgação nas farmácias	150 Folders, 20 cartazes e Cards já elaborados.	150 Folders, 20 cartazes e Cards já elaborados.	450 Folders, 60 cartazes e Cards já elaborados.	

Produto (Qual a entrega final deste projeto?)	Aprovação do Projeto de Lei.	Responsável (Quem responde por esta entrega?)	PJ Capanema
--	------------------------------	--	----------------

Nº	Marco de Acompanhamento / Tarefas (Quais as tarefas que levam à entrega final do projeto e às suas metas?)	Responsável (Quem responde por esta tarefa?)	Estimativa Orçamentária (Quanto custa para cada tarefa a ser realizada?)	Prazo para início (Quando esta tarefa deve iniciar?)	Prazo final (Quando esta tarefa deve ser entregue?)	Peso (Qual o percentual de contribuição para o alcance do objetivo?)	Status (Como está a tarefa?)
1	Reunião para sensibilizar a minutar do projeto de lei	PJ de Capanema - coordenação da reunião	-	27/09/2021	27/09/2021	10%	Concluída
2	Produção de materiais para divulgação da temática	MP	R\$ 1.000,00*	28/09/2021	01/07/2022	10%	Iniciada
3	Confecção de Piloto de Armazenamento Primário	Município	-	27/10/2021	01/03/2022	10%	Iniciada
4	Reunião com representante do Conselho de Farmácia	Coordenação do MP	-	17/11/2021	17/11/2021	10%	Iniciada
5	Reunião com os demais integrantes da cadeia: distribuidores e fabricantes de medicamento	Coordenação do MP	-	15/02/2022	15/02/2022	10%	Não iniciada
6	Reunião com toda rede para ajustar como será feita o recolhimento dos medicamentos descartados	Coordenação do MP	-	01/03/2022	01/03/2022	10%	Não iniciada
7	Apresentação do Projeto de Lei	P. Executivo municipal	-	15/06/2022	01/07/2022	20%	Não iniciada
8	Aprovação do Projeto de Lei	P. Legislativo Municipal	-	01/09/2022	01/10/2022	20%	Não iniciada
Total Orçamentário			R\$ 1.000,00	Conclusão do projeto:		26%	

* Custo absorvido pelas despesas correntes do MP - artes gráficas. Pode ocorrer a necessidade de nova impressão de cartazes deverá ser feita por contrato externo.

Relatórios de execução das tarefas			
Nº Atividade	Anexo	Parecer	Justificativa do parecer
		Aceitar	
		Aceitar	

FICHA DE PROJETO DO CAO CPC

Projeto 2: <i>(Qual o nome do projeto?)</i>	Implementação da logística reversa em âmbito estadual		ODS: <i>(Qual ODS impactado?)</i>	12. Consumo e produção responsáveis	
Ação (ões)/PEI <i>(Qual ação este projeto está relacionado?)</i>	Ação 3 - Desenvolvimento de ações visando combater a publicidade enganosa, a cobrança abusiva ou a exposição inadequada do consumidor e os crimes cibernéticos.				
Radar Estratégico <i>(Qual indicador este projeto visa contribuir?)</i>	- Formação e acompanhamento de rede de defesa de direitos das crianças e dos adolescentes - Estabelecimento de parcerias com Universidades e Instituições de pesquisa e extensão como forma de fomentar práticas inovadoras.				
Objetivo do Projeto: <i>(Qual o objetivo finalístico desse projeto?)</i>	Acompanhar a elaboração e aplicação de Lei com previsão para a logística reversa de medicamentos domiciliares, conforme a Lei nº 12.305/2010 e o Decreto Federal nº 10.388/2020.				
Matéria de Atuação: <i>(Qual matéria de patrimônio público está relacionada o projeto?)</i>	Consumidor	Data de Início: <i>(Quando este projeto deve terminar?)</i>	26/04/2021	Prazo final: <i>(Quando este projeto deve terminar?)</i>	31/12/2022

Riscos do Projeto: (Quais riscos devem ser tratados para que este projeto seja realizado?)	Ações de Mitigação: (Que medidas serão necessárias para mitigar os riscos?)	Resultado: (Qual o resultado das medidas adotadas?)
Ausência de elaboração pelo legislativo do referido projeto de lei.	Reuniões para sensibilizar sobre a importância da regulamentação da temática no estado.	Elaboração do projeto de lei
Não aprovação do projeto de lei sobre logística reversa de medicamentos domiciliares.	Reuniões com o Poder Legislativo local para esclarecer a importância da regulamentação à população do estado	Aprovação do projeto de lei
Não divulgação/educação da população local sobre a importância e as consequências da implementação da logística reversa de medicamentos domiciliares	O promotor de justiça local poderá divulgar cartazes, folders, cards sobre a temática, bem como participar de reuniões na comunidade e dentro das escolas	Educação da população

Metas Projeto (Quais os valores específicos, mensuráveis, atingíveis dentro do prazo e relevantes que levam você à meta de Gestão?)					
Indicadores: (Quais os sinais mensuráveis que indicam que o Projeto atingirá o seu objetivo final?)	Resultado atual (Caso exista, quais o último resultado ou o resultado atual deste indicador?)	Período 1 (Qual o resultado você quer atingir na primeira medição?)	Período 2 (Qual o resultado você quer atingir na segunda medição?)	Período 3 (Qual o resultado você quer atingir na terceira medição?)	Meta da Gestão (Caso exista, qual a meta final do projeto?)
Minuta do Projeto de lei finalizada e encaminhada a casa legislativa	0	1	-	-	1
Reuniões com Presidente da ALEPA para apresentar a importância da aprovação do projeto de lei para comunidade	0	1	-	-	1

Produto (Qual a entrega final deste projeto?)	Sanção da lei com publicidade para a sociedade	Responsável (Quem responde por esta entrega?)	CAO CPC
---	--	---	---------

Nº	Marco de Acompanhamento / Tarefas (Quais as tarefas que levam à entrega final do projeto e às suas metas?)	Responsável (Quem responde por esta tarefa?)	Estimativa Orçamentária (Quanto custa para cada tarefa a ser realizada?)	Prazo para início (Quando esta tarefa deve iniciar?)	Prazo final (Quando esta tarefa deve ser entregue?)	Peso (Qual o percentual de contribuição para o alcance do objetivo?)	Status (Como está a tarefa?)
1	Sensibilizar os parlamentares para a importância do projeto.	CAO CPC	-	05/2021		10%	Concluída
2	Realizar reunião com legislativo do Estado	CAO CPC	-	06/2021		10%	Concluída
3	Analisar minuta do projeto de lei e realizar os ajustes	CAO CPC	-	06/2021		10%	Concluída
4	Aprovação do Projeto de lei	CAO CPC	-			30%	Concluída
5	Publicação do Projeto de lei	CAO CPC	-			30%	Não iniciada
Total Orçamentário			R\$ 1.000,00	Conclusão do projeto:		70%	

Relatórios de execução das tarefas			
Nº Atividade	Anexo	Parecer	Justificativa do parecer
		Aceitar	

FICHA DE PROJETO DO CAO CPC

Projeto 3: (Qual o nome do projeto?)	Acompanhamento de Política Preventiva e Repressiva nos casos de Acidente de Motor com Escalpelamento.		ODS: (Qual ODS impactado?)	14. Vida na água	
Ação (ões)/PEI (Qual ação este projeto está relacionado?)	Ação 8 - Instituição de critérios para garantir a segurança, o conforto e a acessibilidade no transporte fluvial de passageiros, nas regiões Metropolitana, Marajó, Tocantins e Baixo Amazonas.				
Radar Estratégico (Qual indicador este projeto visa contribuir?)					
Objetivo do Projeto: (Qual o objetivo finalístico desse projeto?)	Acompanhar a elaboração da Lei Estadual, bem como reuniões na Comissão Estadual que trata sobre o tema.				
Matéria de Atuação: (Qual matéria de patrimônio público está relacionada o projeto?)	Cidadania e Consumidor	Data de Início: (Quando este projeto deve terminar?)	16/06/2021	Prazo final: (Quando este projeto deve terminar?)	31/12/2022

Riscos do Projeto: (Quais riscos devem ser tratados para que este projeto seja realizado?)	Ações de Mitigação: (Que medidas serão necessárias para mitigar os riscos?)	Resultado: (Qual o resultado das medidas adotadas?)
Ausência de elaboração pelo legislativo do referido projeto de lei	Reuniões para sensibilizar sobre a importância da regulamentação da temática no estado.	Elaboração do projeto de lei
Não aprovação do projeto de lei	Reuniões com o Poder Legislativo local para esclarecer a importância da regulamentação à população do estado	Aprovação do projeto de lei
Não cumprimento da Lei	Maior divulgação para toda rede e sociedade	Cumprimento da Lei

	Metas Projeto (Quais os valores específicos, mensuráveis, atingíveis dentro do prazo e relevantes que levam você à meta de Gestão?)				
Indicadores: (Quais os sinais mensuráveis que indicam que o Projeto atingirá o seu objetivo final?)	Resultado atual (Caso exista, quais o último resultado ou o resultado atual deste indicador?)	Período 1 (Qual o resultado você quer atingir na primeira medição?)	Período 2 (Qual o resultado você quer atingir na segunda medição?)	Período 3 (Qual o resultado você quer atingir na terceira medição?)	Meta da Gestão (Caso exista, qual a meta final do projeto?)
Projeto de lei finalizado e aprovado pela casa legislativa	1 Projeto apresentado	Aprovação do Projeto	-	-	1
Reunião com Presidente da ALEPA para apresentar a importância da aprovação do projeto de lei para comunidade	1 Reunião foi realizada	Aprovação do Projeto	-	-	1

Produto (Qual a entrega final deste projeto?)	Sanção da lei com publicidade para a sociedade	Responsável (Quem responde por esta entrega?)	CAO CPC
---	--	---	---------

Nº	Marco de Acompanhamento / Tarefas (Quais as tarefas que levam à entrega final do projeto e às suas metas?)	Responsável (Quem responde por esta tarefa?)	Estimativa Orçamentária (Quanto custa para cada tarefa a ser realizada?)	Prazo para início (Quando esta tarefa deve iniciar?)	Prazo final (Quando esta tarefa deve ser entregue?)	Peso (Qual o percentual de contribuição para o alcance do objetivo?)	Status (Como está a tarefa?)
1	Reunião para sensibilizar a minuta do projeto de lei	CAO CPC	-	16/06/2021	16/06/2021	10%	Concluída
2	Colaboração para minuta de lei	CAO CPC	-	01/05/2021	30/06/2021	10%	Concluída
3	Reunião com a Comissão da SESP que trata sobre o tema	CAO CPC	-	28/08/2021	28/08/2021	10%	Concluída
4	Reunião com o Presidente da CCJ da ALEPA.	CAO CPC	-	08/11/2021	08/11/2021	30%	Concluída
5	Viagens para comarcas buscando difundir o projeto	CAO CPC	R\$ 75.000,00	01/01/2022	31/12/2022	30%	Não iniciada
6	Produção de materiais para divulgação da temática	CAO CPC	R\$ 2.000,00	01/01/2022	01/01/2022	10%	Não iniciada
Total Orçamentário			R\$ 77.000,00	Conclusão do projeto:		60%	

Relatórios de execução das tarefas			
Nº Atividade	Anexo	Parecer	Justificativa do parecer
		Aceitar	
		Aceitar	

FICHA DE INICIATIVA DO CAOCPC

Iniciativa 1: (Qual o nome da Iniciativa?)	TERMO DE COOPERAÇÃO - Tribunal Regional Eleitoral; MP e MPF	ODS: (Qual ODS impactado?)	8. Trabalho de decente e crescimento econômico
--	---	--------------------------------------	--

Ação (ões)/PEI (Qual ação esta Iniciativa está relacionada?)	Firmar termo de cooperação para garantia de acessibilidade aos cidadãos e recepção de notícias de violação de direitos no dia da eleição. (Função Social da Mesa Receptora de Votos)				
Radar Estratégico: (Qual indicador esta iniciativa visa contribuir?)					
Objetivo da Iniciativa: (Qual o objetivo finalístico dessa iniciativa?)	Mesários preencham formulário no dia do pleito eleitoral caso recebam denúncia de violação de direito, como exemplo: pessoas com deficiência; idosos; crianças e mulheres				
Matéria de Atuação: (Qual matéria está relacionada à iniciativa?)	Eleitoral	Data de Início: (Quando esta iniciativa deve terminar?)	12/07/2021	Prazo final: (Quando esta iniciativa deve terminar?)	30/11/2021

Produto (Qual a entrega final desta iniciativa?)	Assinatura do termo de Cooperação com a produção do Formulário que será utilizado pelos mesários no dia do pleito eleitoral.	Responsável (Quem responde por esta entrega?)	CAO CPC
--	--	---	---------

Nº	Marco de Acompanhamento / Tarefas (Quais as tarefas que levam à entrega final da iniciativa?)	Responsável (Quem responde por esta tarefa?)	Prazo para início (Quando esta ação deve iniciar?)	Prazo final (Quando esta tarefa deve ser entregue?)	Peso (Qual o percentual de contribuição para o alcance do objetivo?)	Status (Como está a tarefa?)
1	Elaboração do formulário	CAO CPC	12/07/2021	19/08/2021	50%	Concluída
2	Análise do Termo de cooperação (minuta)	CAO CPC	22/10/2021	26/10/2021	40%	Concluída
3	Assinatura	CAO CPC	30/11/2021	30/11/2021	10%	Não iniciada
Conclusão da iniciativa:					90%	

Relatórios de execução das tarefas			
Nº Atividade	Anexo	Parecer	Justificativa do parecer
		Aceitar	

B. Modelos utilizados no Plano

Rol de Projetos CAOCPC					
Projeto/ Iniciativa	Nome (Qual o nome do projeto/ iniciativa?)	Ação Estratégica (Este projeto/ iniciativa está relacionado a qual ação estratégica?)	Responsável: (Quem responde pelo projeto/ iniciativa?)	Eixo (Qual eixo da temática criminal está relacionado o projeto/ iniciativa?)	Status (Qual o status do projeto/ iniciativa?)

FICHA DE PROJETO - SIGI

Projeto 1: (Qual o nome do projeto?)		ODS: (Qual ODS impactado?)	
Ação (ões)/PEI (Qual ação este projeto está relacionada?)			
Radar Estratégico (Qual indicador este projeto visa contribuir?)			
Objetivo do Projeto: (Qual o objetivo finalístico desse projeto?)			
Matéria de Atuação: (Qual matéria de atuação está relacionada o projeto?)		Data de Início: (Quando este projeto deve iniciar?)	Prazo final: (Quando este projeto deve terminar?)
Riscos do Projeto: (Quais riscos devem ser tratados para que este projeto seja realizado?)		Ações de Mitigação: (Que medidas serão necessárias para mitigar os riscos?)	
		Resultado: (Qual o resultado das medidas adotadas?)	
Metas Projeto (Quais os valores específicos, mensuráveis, atingíveis dentro do prazo e relevantes que levam você à meta de Gestão?)			
Indicadores: (Quais os sinais mensuráveis que indicam que o Projeto atingirá o seu objetivo final?)	Resultado atual (Caso exista, quais o último resultado ou o resultado atual deste indicador?)	Período 1 (Qual o resultado você quer atingir na primeira medição?)	Período 2 (Qual o resultado você quer atingir na segunda medição?)
			Período 3 (Qual o resultado você quer atingir na terceira medição?)
			Meta da Gestão (Caso exista, qual a meta final do projeto?)
Produto (Qual a entrega final deste projeto?)		Responsável (Quem responde por esta entrega?)	
Nº	Marco de Acompanhamento / Tarefas (Quais as tarefas que levam à entrega final do projeto e às suas metas?)	Responsável (Quem responde por esta tarefa?)	Estimativa Orçamentária (Quanto custa para cada tarefa a ser realizada?)
1			Prazo para início (Quando esta tarefa deve iniciar?)
2			Prazo final (Quando esta tarefa deve ser entregue?)
3			
4			
		Total Orçamentário	R\$ -
		Conclusão físico financeiro do projeto:	
Relatórios de execução das tarefas			
Nº Atividade	Anexo	Parecer	Justificativa do parecer
			
			
			

FICHA DE INICIATIVA - SIGI					
Iniciativa 1: <i>(Qual o nome da Iniciativa?)</i>				ODS: <i>(Qual ODS impactado?)</i>	
Ação (ões)/PEI <i>(Qual ação esta Iniciativa está relacionada?)</i>					
Radar Estratégico <i>(Qual indicador esta iniciativa visa contribuir?)</i>					
Objetivo da Iniciativa: <i>(Qual o objetivo finalístico dessa iniciativa?)</i>					
Matéria de atuação: <i>(Qual matéria está relacionado a iniciativa?)</i>		<i>(Quando esta iniciativa deve iniciar?)</i>		Prazo final: <i>(Quando esta iniciativa deve terminar?)</i>	
Produto <i>(Qual a entrega final desta iniciativa?)</i>				Responsável <i>(Quem responde por esta entrega?)</i>	
Nº	Marco de Acompanhamento / Tarefas <i>(Quais as tarefas que levam à entrega final da iniciativa?)</i>	Responsável <i>(Quem responde por esta tarefa?)</i>	Prazo para início <i>(Quando esta ação deve iniciar?)</i>	Prazo final <i>(Quando esta tarefa deve ser entregue?)</i>	Status <i>(Como está a tarefa?)</i>
1					
2					
3					
4					
5					
			Conclusão da iniciativa:		
Relatórios de execução das tarefas					
Nº Atividade	Anexo	Parecer	Justificativa do parecer		
					
					
					
					
					

AÇÕES DE CAPACITAÇÃO

Eventos Educativos

Evento 1:

Descrição do Evento:			
Nº de Turmas:	Nº Participantes (por turma):		
Carga Horária (por turma)	Carga Horária (total)		
Público Alvo:			
Ementa:			
Conteúdo:			
Local:			
Horário:			
Material Utilizado:			
Perfil do Profissional:			

[illegible][illegible][illegible]

LIÇÕES APRENDIDAS			
Nº	Projeto/ Iniciativa	Lição aprendida	Sugestões para projetos seguintes
1			
2			
3			
4			
5			
6			
7			
8			
9			
10			
11			
12			
13			
14			
15			





MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO PARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
Rua João Diogo, 100 - Cidade Velha - Belém-Pa
CEP:66015-165 - (91) 4006-3400
www.mppa.mp.br